

PEDIDO DE INFORMAÇÕES N.º 88/2025

“Solicita informações sobre o afastamento de funcionários públicos municipais por licença médica.”

Nos termos do art. 185 e parágrafos do Regimento Interno desta Casa, solicito o encaminhamento deste Pedido de Informação ao senhor Prefeito Municipal, com o objetivo de obter esclarecimentos detalhados sobre a ocorrência de funcionários públicos municipais afastados por motivo de saúde.

Dessa forma, questionamos:

1. Há funcionários públicos municipais afastados por licença médica atualmente?
2. Caso a resposta a primeira questão seja positiva, quantos?
3. Qual o CID apresentado para cada funcionário, respectivamente?
4. Qual a área de atual respectiva de cada funcionário nesta situação?
5. Quais medidas ou ações mitigadoras estão sendo adotadas pela Administração Municipal tanto para garantir a continuidade dos serviços públicos impactados pelos afastamentos por licença médica, quanto para promover a recuperação da saúde dos servidores e, conseqüentemente, reduzir o número de afastamentos por motivos de saúde?

Câmara Municipal da Estância de Socorro, 10 de junho de 2025

Patrícia Toledo da Silva Pinto
Vereadora – MDB

José Adriano de Souza
Vereador – União Brasil

Marcos Roberto de Oliveira Preto
Vereador – MDB

Marcelo Golo Cecilia
Vereador – Republicanos

Tiago Minozzi de Faria
Vereador – Republicanos

JUSTIFICATIVA:

O presente Pedido de Informações tem por finalidade obter dados atualizados e detalhados sobre os afastamentos de servidores públicos municipais por motivos de saúde, especialmente aqueles decorrentes de licenças médicas. A iniciativa se fundamenta na preocupação com o aparente número significativo de casos, o que pode indicar situações críticas de saúde laboral ou de gestão dos recursos humanos da Administração Pública.

Além do impacto direto na vida dos servidores afetados, os afastamentos recorrentes ou prolongados podem comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados à população. Nesse sentido, é dever do Poder Legislativo buscar esclarecimentos sobre a real dimensão do problema e sobre as medidas efetivas adotadas pelo Poder Executivo não apenas para garantir a manutenção dos serviços, mas também para promover a saúde dos servidores e reduzir a incidência de novos afastamentos.

A identificação das áreas mais afetadas, das principais causas de afastamento e das ações preventivas e corretivas em curso ou planejadas permitirá a esta Casa Legislativa acompanhar, fiscalizar e, se necessário, propor soluções que reforcem as políticas públicas de saúde ocupacional, qualidade de vida no trabalho e valorização do funcionalismo municipal.

Diante do exposto, e considerando a importância do tema tanto para os servidores quanto para a população em geral, solicitamos a colaboração do Executivo para o fornecimento das informações requeridas, em respeito ao princípio da transparência administrativa e à função fiscalizadora do Poder Legislativo.